



GT 023. Antropologia, gênero e saúde no contexto neoliberal e neoconservador no Brasil: desafios e estratégias de enfrentamento

Rozeli Maria Porto (UFRN) - Coordenador/a, Mônica Franch (Universidade Federal da Paraíba) - Coordenador/a

Nas últimas décadas, o avanço na pesquisa antropológica sobre as articulações entre gênero, saúde e sexualidade tem evidenciado problemáticas importantes no campo dos Direitos Humanos e fundamentais. Reflexões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva de mulheres e homens, em suas várias orientações de gênero e sexualidade, têm provocado aos pesquisadores em um campo moral a pensarem no entrecruzamento desses direitos com diferentes marcadores sociais da diferença. Essas questões se tornam urgentes num contexto hodiernamente sombrio no país, marcado pela implantação de um projeto econômico e socialmente excludente, que está levando ao desmonte de políticas públicas de saúde. Os direitos relativos ao aborto, ao parto humanizado, o acesso a serviços de saúde para travestis e transexuais ou, ainda, a prevenção e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/Aids, estão cada vez mais ameaçados diante de tais circunstâncias. Frente aos desafios impostos por esse contexto neoliberal e neoconservador, a proposta deste GT é refletir sobre as estratégias teóricas, metodológicas e políticas que estamos desenvolvendo no cotidiano de nossas pesquisas em torno das questões de gênero, saúde e sexualidade. Podem girar em torno de temas como maternidade, aborto, HIV/Aids, Tec. Reprod., diversidade sexual e transexualidade, e suas articulações entre gênero, classe, raça, etc; relações e/ou conflitos com o Estado; fluxos de poder, influências políticas, morais e/ou religiosas.

Perspectivas morais e religiosas sobre gênero que influenciaram a deposição de Dilma Rousseff: uma etnografia dos discursos neoconservadores de congressistas durante o processo de impeachment de 2016

Autoria: Alessandra Caroline Ghiorzi

No ano de 2016, a primeira presidenta brasileira eleita, Dilma Rousseff, foi deposta por um processo de impeachment tramitado no Congresso Nacional. Rousseff foi acusada de cometer "crimes de responsabilidade" passíveis de deposição. Para analisar os crimes, o processo passou por diversas instâncias da Câmara Federal e do Senado: comissões especiais, debates em plenárias, votações em assembleias, bem como o julgamento final no Senado Federal. Assim, entre os meses de março e agosto de 2016, o Poder Legislativo brasileiro autorizou, avaliou, investigou e julgou a denúncia de "crime de responsabilidade" contra a presidenta da República, aprovando sua deposição em 31 de agosto de 2016. Durante os debates no Congresso Nacional, parte das falas foram pautadas na análise dos "crimes de responsabilidade". Entretanto, uma parcela considerável dos discursos ultrapassou ou se misturou à temática pertinente, sendo que o gênero foi um campo discursivo mobilizado para justificar o impeachment de Dilma. O objetivo do presente work é descrever etnograficamente o contexto e o conteúdo dos discursos de congressistas que utilizaram como justificativa o gênero como fator legítimo para a aprovação do impeachment, como por exemplo a "defesa da família" e o combate à "ideologia de gênero implantada pelo Governo Dilma". Este texto é parte da pesquisa de mestrado qualitativa realizada por meio de etnografia on-line, entre outros espaços, nos sites do Congresso Nacional que transmitiram e gravaram as sessões dessa instância política. Após a realização da pesquisa, ficou concluído que apesar de os "crimes de responsabilidade" terem sido debatidos durante o processo, o gênero, visto a partir de perspectivas morais e religiosas, foi um dos fatores que influenciaram o resultado desse processo, demonstrando o contexto neoconservador vivido pelo Brasil atual.



Realização:



Apoio:



Organização:

